



TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A. TAMBASA CNPJ - 17.359.233/0001-88

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

1) Sobre a TAMBASA A TAMBASA é uma empresa de estrutura familiar, do segmento atacadista distribuidor, presente no mercado há 76 anos. Dentre seus principais marcos é importante destacar a mudança da cidade de Ponte Nova/MG para a capital Belo Horizonte em 1969, a abertura da primeira loja física em 1988, a mudança para a cidade de Contagem/MG em 1990 que contava com um galpão de 10 mil m² e uma nova mudança para a atual sede em 2001 contando a princípio com um galpão de 20 mil m².

2) Visão Geral A TAMBASA é a terceira maior empresa no segmento Atacadista Distribuidor do Brasil em termos de receita bruta consolidada, de acordo com o ranking da ABAD de 2024 e a primeira no TOP10 da categoria Atacadista Distribuidor, de acordo com esse mesmo ranking. Com mais de 70 anos de história, os clientes são atendidos através das operações de atacado e atacarejo com um portfólio diversificado e complementar de produtos que abrange cerca de 38 mil SKUs (stock keeping unit), de segmentos como Campo, Materiais de Construção, do Lar, Proteção e Segurança, Pet e Vet, Bazar, Higiene e Limpeza, dentre outros. Tem-se como pilares estratégicos tecnologia e inovação, capilaridade nacional e gente e gestão. Para atender a todos os mais de 268 mil clientes ativos, que incluem desde pequenos varejistas a varejistas de médio e grande porte, além de distribuidores regionais, conta-se com uma operação logística centralizada e suportada por tecnologia e automação. Na data deste Relatório de Administração, a TAMBASA conta com um centro de distribuição centralizado localizado em Contagem-MG e 28 Hubs Logísticos (Transbordos), onde há a distribuição de mercadorias, localizadas em todas as regiões do país, o que possibilita alcançar 95% das cidades brasileiras. Além disso, acreditando no potencial de vendas através de plataformas digitais, a TAMBASA já atua no B2B (Business to business - empresa para empresa), utilizando um software exclusivo (GoApp), e no B2C (Business to consumer - empresa para consumidor), utilizando plataformas de alguns market places de empresas parceiras. Tudo isso proporcionando eficiência e logística de qualidade, atestado ano após ano pelos mais importantes prêmios do setor atacadista brasileiro. A TAMBASA tem sido reconhecida por vários setores e entidades em nível nacional como uma empresa moderna, ágil e tecnológica.

3) Contexto Estratégico A TAMBASA possui diversas avenidas de crescimento previstas em seu planejamento estratégico, conforme descrito nos próximos tópicos deste Relatório de Administração. Dentre os objetivos de longo prazo a Companhia destacam-se: i) expansão da distribuição por meio do aumento da capacidade de armazenagem e constante investimento em tecnologia de ponta e automação de processos; ii) expansão do modelo de atacarejo com a abertura de novas lojas em localidades estratégicas no Brasil; iii) aceleração digital em vendas e processos produtivos; iv) crescimento com serviços financeiros prestados a públicos de relacionamento com o nosso negócio e oportunidades de transações de fiscais e aquisições (M&A).

3.1) Expansão da Capacidade Acredita-se que será possível continuar a fortalecer a capacidade de distribuição por meio de um potencial incremento de 130 mil m² de área de armazenagem, num projeto já em andamento de expansão da área de galpões em Contagem-MG, que atualmente conta com os galpões G1, G2 e G4. Para o novo galpão que já está funcionando (G4) foi investido a aquisição de novas tecnologias e robôs, o que inaugurará a automatização dos produtos interiores, que possuem maior peso por SKU, implicando em uma oportunidade de aumento de rentabilidade da operação. Além disso, também consta no planejamento de expansão da TAMBASA, para os próximos anos, a construção de mais dois galpões (G0 e G5), completando assim um complexo de 5 galpões de armazenagem. A TAMBASA também conta com o novo depósito na cidade de Conde na PB, que diminuirá o prazo de entrega ao cliente em alguns estados do Nordeste brasileiro.

3.2) Aumento da Exatidão no Formato Atacarejo Emergiu-se um potencial de expandir significativamente a operação no formato atacarejo nos próximos anos, com uma estratégia de integrar a operação no formato atacarejo em praças comerciais que apresentem oportunidades de crescimento para a TAMBASA. Foram escolhidas algumas PIB/População com o objetivo de buscar vendas realizadas atualmente pela avenida do atacado distribuidor. Atualmente a TAMBASA conta com nove lojas físicas, localizadas nas seguintes locais: Cessa (Central de Abastecimento Estadual) de Minas Gerais, na cidade de Contagem/MG; Montes Claros/MG; São Luís/MA; Valparaíso de Goiás/GO; Goiânia/GO; Maringá/PR; Recife/PE; Fortaleza/CE e Aracaju/AL. O modelo atacarejo são vendidos produtos não alimentares, como produtos para o Campo, Materiais de Construção, do Lar, Proteção e Segurança, Produtos Automotivos para 2 e 4 Rodas, Bazar, Pet e Vet, Higiene e Limpeza, dentre outros. Em 2023 a operação nesse formato representou 6,7% da receita bruta do grupo, no ano de 2024 a operação representou 8,3% e no ano de 2025 a operação já atinge 9,8%. 3.3) Oportunidade de Crescimento em Serviços Financeiros, Penetração no Digital e Potenciais M&As Em virtude da tendência de digitalização, verifica-se a importância de iniciativas para expansão Digital e potenciais M&As. Em virtude da tendência de digitalização, verifica-se a importância de iniciativas para expansão digital e potenciais M&As. Em virtude da tendência de digitalização, verifica-se a importância de iniciativas para expansão digital e potenciais M&As. Em virtude da tendência de digitalização, verifica-se a importância de iniciativas para expansão digital e potenciais M&As.

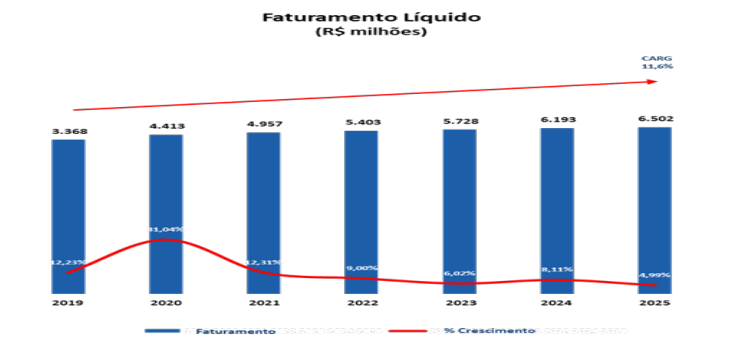
4) ASG (Ambiental, Social e Governança) ou ESG (Environmental, Social and Governance) na TAMBASA

4.1) Ambiental No que tange a preservação do meio ambiente, a TAMBASA realiza a reciclagem de caixas de papel e plástico não utilizados. A mudança do modal de transporte, hubs logísticos, faz com que centenas de quilos de CO² deixem de ser lançados no meio ambiente. A TAMBASA também mantém áreas de preservação permanente, que atualmente conta com aproximadamente 92 mil m². São reciclados papéis, vidros, plásticos, madeiras, sucatas etc., além de tratar e purificar todo o resíduo orgânico gerado pela empresa em sua ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), fazendo isso desde 2008. A TAMBASA utiliza energia limpa em toda as áreas de sua matriz em Contagem, adotando a mesma através de mercado livre de energia. Além disso, é priorizado o uso de lâmpadas de LED em todas as instalações, bem como uso de sensores de energia em espaços de menos uso dentro da Companhia.

4.2) Social A TAMBASA conta com uma força de vendas de mais de 4.818 representantes comerciais espalhados no país. Além disso, a base de 3.938 colaboradores ativos permite que a TAMBASA forme talentos internamente, através de uma cultura meritocrática para que possam se desenvolver e se tornarem gerentes regionais, por exemplo e, posteriormente, gerentes nacionais. Tal cultura estabelecida é baseada no modelo "Portas Abertas", que se trata de um gerenciamento que preza sobre ouvir a todos, agindo para cada um em benefício do coletivo e disponível aos diversos níveis, de forma que problemas, ideias e soluções fluam rapidamente pela empresa. Na prática, isso se traduz em incentivo a auto-gestão de gerentes e autonomia para guiar suas equipes (80% dos gerentes vem da própria empresa), treinamentos contínuos para reciclagem e atualização dos funcionários antigos e preparação dos novos para os insuáveis necessários para adquirir conhecimento. A TAMBASA conta com um Setor de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho que procura reduzir acidentes e doenças ocupacionais. Além das iniciativas mencionadas, é oferecido suporte educacional e profissional com o Plano de Auxílio à Educação, o qual consiste em convênios com faculdades para desenvolvimento dos colaboradores, e com Programa Jovem Aprendiz para capacitação e descoberta de novos colaboradores. A TAMBASA também procura proporcionar incentivos sociais que impactam além do seu ecossistema e por isso está engajada em mais de 20 projetos de auxílio à sociedade nas mais diversas áreas de atuação, quais sejam: saúde, educação, esporte e cultura.

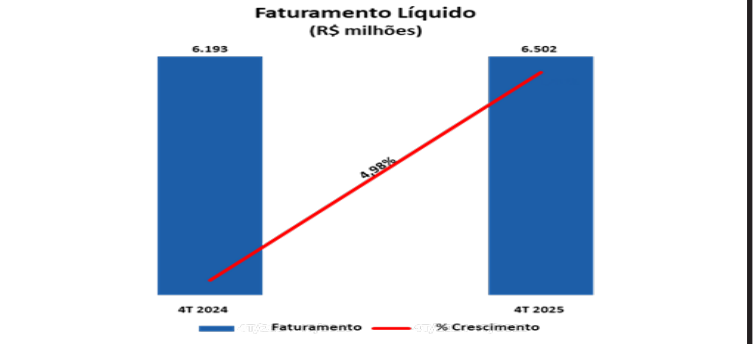
4.3) Governança O modelo de governança corporativa da TAMBASA conta não apenas com um corpo de diretores e conselheiros de administração experientes, como também com um Comitê Executivo composto por um Presidente do Conselho de Administração, dois Vice-Presidentes do Conselho de Administração e um Diretor-Presidente. Todos com sólida experiência no setor atacadista. O Comitê Executivo, que se reúne semanalmente, acompanha de perto a evolução dos negócios e, com seu know-how no setor atacadista, confere agilidade nos processos de tomada de decisão, contribuindo para a formulação e a implementação da estratégia da TAMBASA, visando o crescimento e a rentabilidade dos negócios, bem como para a melhoria dos processos, procedimentos e práticas de governança corporativa. A TAMBASA conta também com as áreas de Compliance, Gestão de Riscos e de Auditoria Interna para deixar a Governança Corporativa ainda mais robusta. Já foram implementados o Código de Conduta e o Canal de Ética, que são acompanhados por essas áreas. Além disso, a TAMBASA possui um Comitê de Auditoria completamente independente, que auxilia o Conselho de Administração nas tomadas de decisões ligadas à governança. A TAMBASA também está preocupada com a segurança de dados, e aprimora cada vez mais seus controles com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Todos os dados e informações são tratadas com muito zelo, e a atua-se de acordo com as recomendações da Lei e demais regulamentações sobre o assunto, sendo revisado constantemente todos os processos a fim de ampliar a segurança, mitigando e eliminando todos os riscos ligados à privacidade e a proteção de dados. Além disso, todos os colaboradores são constantemente sensibilizados e orientados sobre a importância desse tema, além de serem realizadas constantes validações de segurança cibernética (eiber security) a fim de evitar o vazamento e compartilhamento de dados indevidos. A fim de adequação à LGPD, principalmente no que tange o artigo 41, a TAMBASA firmou parceria com a GEP Soluções em Compliance, que passa a atuar como o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO as a Service), garantindo ainda mais transparência e controle sobre o tema.

5) TAMBASA em números 5.1) Análise do Faturamento Líquido Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a TAMBASA apresentou um crescimento bastante positivo, atingindo um CARGO¹ de 11,6%, comparando o período de 2019 a 2025, conforme é possível verificar no gráfico abaixo:

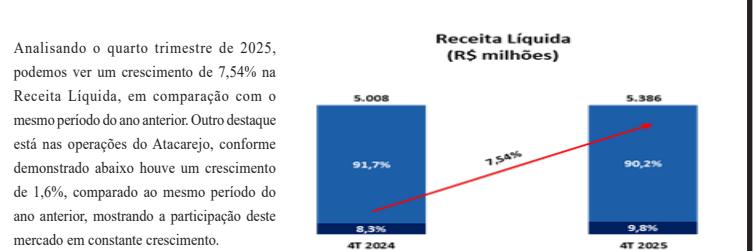


¹) Ano de 2020 houve um crescimento maior, devido aos impactos da COVID-19 e crescimento no setor devido às restrições sanitárias da época. Analisando o quarto trimestre de 2025, verifica-se um crescimento de 4,98% em seu Faturamento Líquido, em comparação ao mesmo período do ano de 2024, o que originou um faturamento acumulado de R\$6,5 bilhões, um novo recorde de crescimento no período.

Nota (1): O CARG (Compound Annual Growth Rate) demonstra o crescimento anual composto do faturamento líquido.



5.2) Análise da Receita Líquida A Receita Líquida da TAMBASA, assim como o Faturamento Líquido, mostra um forte crescimento no decorrer dos anos. O CARG do período de 2019 a 2025 é de 11,7%, em linha com o mesmo índice comparado do Faturamento Líquido. Outro ponto de destaque são as receitas do segmento de Atacarejo, que se manteve acima de 5,4%, no período de 2019 a 2022 do total da Receita Líquida, e aumentando gradativamente no ano de 2025, atingindo o patamar de 9,8%, com o aumento do número de lojas abertas neste ano, consolidando a força de vendas das lojas neste formato.



5.3) Análise do EBITDA O EBITDA consolidado atingiu o patamar de R\$419 milhões, conforme demonstrado na tabela de conciliação do indicador, a seguir:

Tabela de conciliação do EBITDA em milhares de reais, comparando os períodos 4T-2025, 4T-2024 e o Consolidado. O EBITDA consolidado para 4T-2025 é de R\$ 419 milhões.

A Margem EBITDA consolidada, calculada pelo EBITDA dividido pela Receita Líquida de Vendas, registrou o patamar de 9,82%, e a Margem Líquida consolidada, calculada pelo Lucro Líquido dividido pela Receita Líquida de Vendas, registrou o patamar de 4,58%. Tal variação é justificada pela estratégia de abertura de lojas, onde as mesmas não atingiram o tempo de maturação e maturidade (ramp-up), e houve um aumento principalmente em despesas com pessoal e despesas operacionais, gerando com isso um EBITDA abaixo da média anual da Companhia, que gera em torno de 12%.

6) Relacionamento com os Auditores Independentes Em conformidade com a Instrução CVM 381/03, a TAMBASA informa que as demonstrações contábeis da Companhia são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente busca avaliar a existência de conflitos de interesses. Assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente. Até o encerramento do quarto trimestre de 2025, não foram contratados outros serviços de consultoria com os auditores externos.

Contagem, 23 de março de 2026. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tabela do Balanço Patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O ativo total em 2025 é de R\$ 3.233,107 milhões e em 2024 é de R\$ 3.301,830 milhões.

Tabela do Balanço Patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O passivo total em 2025 é de R\$ 3.233,107 milhões e em 2024 é de R\$ 3.301,830 milhões.

Tabela de demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O lucro líquido em 2025 é de R\$ 272,999 milhões e em 2024 é de R\$ 267,102 milhões.

Tabela de demonstração do valor adicionado em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O valor adicionado em 2025 é de R\$ 272,999 milhões e em 2024 é de R\$ 267,102 milhões.

Tabela de demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O resultado abrangente em 2025 é de R\$ 267,102 milhões e em 2024 é de R\$ 267,102 milhões.

Tabela de demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O resultado abrangente em 2025 é de R\$ 267,102 milhões e em 2024 é de R\$ 267,102 milhões.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL A Tecidos e Armarinhos Miguel Bartolomeu S.A. - TAMBASA ("Companhia" ou "Tambasa") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais - Brasil. A TAMBASA opera no mercado nacional e possui filiais nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Maranhão, Paraíba, Ceará, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí, Santa Catarina, Sergipe e Paraná. A Companhia atua no comércio atacadista de mercadorias em geral e também no varejo através das filiais Cessa e Montes Claros em Minas Gerais, Valparaíso de Goiás e Goiânia em Goiás, Maringá no Paraná, Recife em Pernambuco, Aracaju no Sergipe, São Luís no Maranhão e Fortaleza no Ceará. A Companhia possui uma estrutura familiar como principais acionistas, com capital pulverizado, de modo que não há um acionista controlador. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2026. 1.1. Controladas (a) TAMBASA Sociedade de Crédito Direto S.A. ("TAMBASA Financeira") A Companhia é controladora da TAMBASA Sociedade de Crédito, onde detém 85% de participação. A TAMBASA Sociedade de Crédito Direto S.A. é controladora da TAMBASA Administração e Corretagem de Seguros S.A. ("TAMBASA Corretora"), onde detém 75% de participação e também da TAMBASA Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda. ("TAMBASA Intermediadora"), onde detém 100% de participação. A TAMBASA Corretora tem por objeto social a exploração da administração, consultoria e corretagem de seguros e ramos elementares, seguros do ramo de vida e capitalização, planos previdenciários, saúde, odontológicos e a intermediação na venda de seguros para animais. A TAMBASA Intermediadora tem por objeto social atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios, exceto imobiliários. 2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. 2.1. Base de preparação As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo conforme descrito a seguir. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. 2.2. Consolidação As políticas contábeis, listadas abaixo, são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, que abrangem além da Controladora, as seguintes sociedades controladas: GB Atacadistas Ltda. 100% 100% TAMBASA Financeira Sociedade de Crédito Direto S.A. 85% 85% TAMBASA Administração e Corretagem de Seguros S.A. (i) 75% 75% TAMBASA Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda. (i) 100% 100%

(i) Controladas pela TAMBASA Financeira. Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresa da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forme evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. 2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações Não exercício corrente, o Grupo aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se iniciou em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. As alterações IAS 21/CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio/Intitulação Falta de Conversibilidade As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não há orientação técnica, visto direcional o tratamento contábil de créditos de carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBOI) Esta orientação técnica, visto direcional o tratamento contábil de créditos de carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBOI) das entidades atuantes no mercado brasileiro. 2.4. Conversão de moeda estrangeira (a) Moeda funcional e moeda de apresentação Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. (b) Transações e saldos As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. 2.5. Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e de valor insignificante de mudança de valor. 1.6. Ativos financeiros 2.4. Classificação A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. 2.6.2. Reconhecimento e desreconhecimento Comprás e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Tabela de demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2025 e 2024. O lucro líquido em 2025 é de R\$ 272,999 milhões e em 2024 é de R\$ 267,102 milhões.



TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.

TAMBASA ATACADISTAS

CNPJ nº 17.359.233.000-88

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2025 Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber).

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxa de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes de pagamento de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado decorrente do período de arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo, para cada período.

2.17. Provisões
As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (contractive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
A Companhia está sujeita ao imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas aparações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicada dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagados excedem o total devido na data do relatório.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal.

2.19. Capital social
Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

2.20. Lucro por ação
A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido pelo total de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todos os instrumentos potenciais diluídos em ações ordinárias.

Atualmente não há instrumentos que possam potencialmente diluir o lucro, portanto, o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação.

2.21. Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, conforme descrito a seguir.

(a) Venda de produtos - atacado
A Companhia vende uma variedade de produtos no mercado de atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para seu cliente, o qual passa a total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há qualquer obrigação não satisfetida que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente.

A receita dessas vendas é reconhecida com base no preço estabelecido. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa.

Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, por meio apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado.

As vendas são realizadas com prazo médio de pagamento de 60 dias, que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

(b) Venda de produtos - varejo
A Companhia opera com nove unidades de varejo para a comercialização de mercadorias em geral. As vendas dos produtos são reconhecidas quando da venda do produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartões de crédito e débitos em conta corrente.

O pagamento do preço da transação se torna devido assim que o cliente compra o produto e o retira na loja.

(c) Componentes de financiamento
A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

(d) Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida com um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.23. Arredondamento de valores
Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

2.24. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor
Na data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou as IFRS Accounting Standards novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Table with 2 columns: Pronunciamento and Descrição. Lists IFRS 9, IFRS 15, IFRS 16, IFRS 17, IFRS 18, IFRS 19, IFRS 20, IFRS 21, IFRS 22, IFRS 23, IFRS 24, IFRS 25, IFRS 26, IFRS 27, IFRS 28, IFRS 29, IFRS 30, IFRS 31, IFRS 32, IFRS 33, IFRS 34, IFRS 35, IFRS 36, IFRS 37, IFRS 38, IFRS 39, IFRS 40, IFRS 41, IFRS 42, IFRS 43, IFRS 44, IFRS 45, IFRS 46, IFRS 47, IFRS 48, IFRS 49, IFRS 50, IFRS 51, IFRS 52, IFRS 53, IFRS 54, IFRS 55, IFRS 56, IFRS 57, IFRS 58, IFRS 59, IFRS 60, IFRS 61, IFRS 62, IFRS 63, IFRS 64, IFRS 65, IFRS 66, IFRS 67, IFRS 68, IFRS 69, IFRS 70, IFRS 71, IFRS 72, IFRS 73, IFRS 74, IFRS 75, IFRS 76, IFRS 77, IFRS 78, IFRS 79, IFRS 80, IFRS 81, IFRS 82, IFRS 83, IFRS 84, IFRS 85, IFRS 86, IFRS 87, IFRS 88, IFRS 89, IFRS 90, IFRS 91, IFRS 92, IFRS 93, IFRS 94, IFRS 95, IFRS 96, IFRS 97, IFRS 98, IFRS 99, IFRS 100.

Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7
Alterações ao IFRS 18
Alterações à IFRS 19

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros, exceto em relação ao que segue:

(a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
A IFRS 18 substitui a IAS 1, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 e IFRS 7. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 e IAS 33 - Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para: apresentar categorias específicas e subtítulos para a demonstração do resultado; apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho delimitadas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras; melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A entidade pode optar por aplicar a IFRS 18 antes de 1º de janeiro de 2027, desde que a Companhia informe a administração e a administração informe aos investidores e aos usuários das demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro.

2.25. Reforma tributária
A Emenda Constitucional nº 132/2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária".

O novo sistema é composto por três novos tributos: IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), criado em substituição ao ICMS e ISSQN, CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), em substituição ao PIS e ao Iof (Imposto Selo), instituído para tributar serviços específicos da economia. O IBS será mantido, todavia, apenas para produtos relacionados à Zona Franca de Manaus. Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou os novos tributos.

A reforma será implementada gradualmente, com período de transição entre 2026 e 2032, com efeitos plenos em 2033, sem impactos contábeis e fiscais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Os diretores da companhia acreditam que a aplicação dessas alterações terá um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo no futuro.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas e suposições, com base em informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

(a) Prazo de arrendamento
Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o arrendatário ou para o exercício de prorrogação ou para o exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após o período de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a serem considerados são os mais relevantes:
• Se a rescisão (ou não prorrogação) ocorrer em múltiplas significativas, e razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão);
• Se houver beneficiários em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, e razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

• Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessárias para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário, como por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercer a opção de arrendamento.

(b) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. As provisões constituídas para riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração da Companhia acredita que essas provisões constituídas para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos
A Companhia reconhece ativos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, bem como para créditos e perdas tributárias não utilizados, na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros suficientes para permitir sua realização. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado trimestralmente e reduzido quando não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para sua utilização. Ativos baixados são reavaliados e reconhecidos novamente quando se torna viável sua recuperação.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados com base nas alíquotas e legislações tributárias vigentes na data das demonstrações financeiras e apresentados líquidos quando existe direito legal de compensação e ambos se referem à mesma entidade tributada e autoridade fiscal.

(d) Valor justo de instrumentos financeiros
A nota explicativa nº 4 oferece informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO
4.1. Fatores de risco financeiro
A Companhia possui exposição para os seguintes riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

(a) Risco de crédito
O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa. Fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, de adiantamentos, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contos e a receber em aberto.

No que se refere às instituições financeiras, a Companhia atua prioritariamente com bancos de primeira linha. O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com ratings de alto grau e investimento de créditos por agências de classificação de risco. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes de varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

O saldo a receber de clientes está distribuído em diversos clientes sendo pulverizado e não existe nenhum cliente que represente concentração de 5% ou mais do total da receita operacional líquida nem do saldo a receber. A Companhia faz avaliação de crédito individual dos clientes, mas, como uma prática de mercado, não requer recebimento antecipado nem garantias.

Impairment de ativos financeiros
Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:
• contos a receber de clientes por vendas de produtos;
• empréstimos e financiamentos a clientes; e
• ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de impairment do IFRS 9/CPC 48, não foi identificada perda por impairment nesses ativos.

Contas a receber de clientes
A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes foram agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de vendas durante um período antes de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, e as perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse exercício. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

Sendo assim, a provisão para perdas em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024 foi determinada para contas a receber de clientes da seguinte forma:

Table with 5 columns: 2025, 2024, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Contas a receber de clientes, Adiantamento de clientes, Cheques em cobrança.

Para estimativa na realização de contas a receber de clientes

Table with 5 columns: 2025, 2024, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Caixa e bancos, Aplicações financeiras.

As aplicações financeiras com liquidez imediata são compostas por certificados de depósito bancário e operações compromissadas, com rendimentos entre 88% e 101% do CDI, pactuadas com instituições financeiras nacionais.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Table with 5 columns: 2025, 2024, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Certificados de depósito bancário.

Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias e remuneração em 112% do CDI, pactuadas com Instituições financeiras nacionais.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Table with 5 columns: 2025, 2024, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Contas a receber de clientes, Adiantamento de clientes, Cheques em cobrança.

Perda estimada na realização de contas a receber de clientes

Table with 5 columns: 2025, 2024, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Caixa e bancos, Aplicações financeiras.

As contas a receber de clientes e adquirentes são denominadas em reais e referem-se às vendas de produtos cujos recebimentos ocorrem, em média, em 60 dias.

Em 31 de dezembro de 2025, contas a receber de clientes no valor de R\$ 55.984 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 42.958) encontram-se vencidas, mas não impaired. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir.

Table with 5 columns: 2025, 2024, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Fornecedores, Fornecedores risco sacado (i), Fornecedores estrangeiros.

4.2. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.6. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.7. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.8. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.9. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Table with 5 columns: Consolidado, 2025, 2024, 2025, 2024. Rows: Mais de 30 dias em atraso, Mais de 60 dias em atraso, Mais de 120 dias em atraso, Total.

31 de dezembro de 2025
Taxa de perdas esperadas - %
Valor contábil bruto - contas a receber de clientes
Provisão para perdas - contas a receber de clientes
Taxa de perdas esperadas - %
Valor contábil bruto - empréstimos e financiamentos a clientes
Provisão para perdas
31 de dezembro de 2024
Taxa de perdas esperadas - %
Valor contábil bruto - contas a receber de clientes
Provisão para perdas
Taxa de perdas esperadas - %
Valor contábil bruto - empréstimos e financiamentos a clientes
Provisão para perdas

A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

Table with 5 columns: Controladora e Consolidado, 2025, 2024. Rows: Em 1º de janeiro, Constituição de provisão para perda de contas a receber, Reversão de provisão para perda de contas a receber, Em 31 de dezembro.

Em 1º de janeiro
Constituição de provisão para perda de contas a receber
Reversão de provisão para perda de contas a receber
Em 31 de dezembro

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 360 dias.

As perdas por impairment em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por impairment líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

Ativos financeiros ao custo amortizado
Outros instrumentos são considerados como tendo baixo risco de crédito quando eles apresentam um risco baixo de inadimplência e o seu emissor tem uma forte capacidade de cumprir suas obrigações de fluxo de caixa contratual no curto prazo. O resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas para os referidos ativos financeiros foi zero.

Outros ativos financeiros ao custo amortizado incluem empréstimos a partes relacionadas e demais contas a receber. Não é prática da Companhia a provisão para perdas com outros ativos financeiros ao custo amortizado devido ao baixo risco de crédito.

(b) Risco de liquidez
A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Companhia. A Tesouraria analisa o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Table with 5 columns: Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos. Rows: Em 31 de dezembro de 2025, Passivo circulante, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, Tributos parcelados, Passivo não circulante, Tributos parcelados, TOTAL.

Em 31 de dezembro de 2025
Passivo circulante
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Tributos parcelados
TOTAL

Em 31 de dezembro de 2024
Passivo circulante
Fornecedores
Fornecedores risco sacado
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Table with 5 columns: Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos. Rows: Em 31 de dezembro de 2025, Passivo circulante, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, Tributos parcelados, Passivo não circulante, Empréstimos e financiamentos, Tributos parcelados, TOTAL.

Em 31 de dezembro de 2025
Passivo circulante
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Em 31 de dezembro de 2024
Passivo circulante
Fornecedores
Fornecedores risco sacado
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Table with 5 columns: Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos. Rows: Em 31 de dezembro de 2025, Passivo circulante, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, Tributos parcelados, Passivo não circulante, Empréstimos e financiamentos, Tributos parcelados, TOTAL.

Em 31 de dezembro de 2025
Passivo circulante
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Em 31 de dezembro de 2024
Passivo circulante
Fornecedores
Fornecedores risco sacado
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Table with 5 columns: Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos. Rows: Em 31 de dezembro de 2025, Passivo circulante, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, Tributos parcelados, Passivo não circulante, Empréstimos e financiamentos, Tributos parcelados, TOTAL.

Em 31 de dezembro de 2025
Passivo circulante
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Em 31 de dezembro de 2024
Passivo circulante
Fornecedores
Fornecedores risco sacado
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Table with 5 columns: Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos. Rows: Em 31 de dezembro de 2025, Passivo circulante, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, Tributos parcelados, Passivo não circulante, Empréstimos e financiamentos, Tributos parcelados, TOTAL.

Em 31 de dezembro de 2025
Passivo circulante
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Em 31 de dezembro de 2024
Passivo circulante
Fornecedores
Fornecedores risco sacado
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Table with 5 columns: Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos. Rows: Em 31 de dezembro de 2025, Passivo circulante, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, Tributos parcelados, Passivo não circulante, Empréstimos e financiamentos, Tributos parcelados, TOTAL.

Em 31 de dezembro de 2025
Passivo circulante
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Em 31 de dezembro de 2024
Passivo circulante
Fornecedores
Fornecedores risco sacado
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Table with 5 columns: Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos. Rows: Em 31 de dezembro de 2025, Passivo circulante, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, Tributos parcelados, Passivo não circulante, Empréstimos e financiamentos, Tributos parcelados, TOTAL.

Em 31 de dezembro de 2025
Passivo circulante
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Em 31 de dezembro de 2024
Passivo circulante
Fornecedores
Fornecedores risco sacado
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Table with 5 columns: Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos. Rows: Em 31 de dezembro de 2025, Passivo circulante, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, Tributos parcelados, Passivo não circulante, Empréstimos e financiamentos, Tributos parcelados, TOTAL.

Em 31 de dezembro de 2025
Passivo circulante
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Em 31 de dezembro de 2024
Passivo circulante
Fornecedores
Fornecedores risco sacado
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Table with 5 columns: Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos. Rows: Em 31 de dezembro de 2025, Passivo circulante, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, Tributos parcelados, Passivo não circulante, Empréstimos e financiamentos, Tributos parcelados, TOTAL.

Em 31 de dezembro de 2025
Passivo circulante
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Em 31 de dezembro de 2024
Passivo circulante
Fornecedores
Fornecedores risco sacado
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Table with 5 columns: Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos. Rows: Em 31 de dezembro de 2025, Passivo circulante, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Partes relacionadas, Tributos parcelados, Passivo não circulante, Empréstimos e financiamentos, Tributos parcelados, TOTAL.

Em 31 de dezembro de 2025
Passivo circulante
Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

Em 31 de dezembro de 2024
Passivo circulante
Fornecedores
Fornecedores risco sacado
Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas
Tributos parcelados
Passivo não circulante
Empréstimos e financiamentos
Tributos parcelados
TOTAL

TAMBASA
ATACADISTAS

TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S.A.
TAMBASA
CNPJ - 17.359.233/0001-88

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Tecidos e Armariños Miguel Bartolomeu S.A.
Contagem - MG

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tecidos e Armariños Miguel Bartolomeu S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tecidos e Armariños Miguel Bartolomeu S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita
Por que é um PAA
Conforme divulgado na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui como fonte principal de receitas as vendas de mercadorias no modelo de atacado e atacarejo, realizadas para pessoas físicas e jurídicas. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita bruta consolidada da Companhia originada da venda de mercadorias totalizou R\$6.804 milhões.

Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria devido à representatividade dos saldos em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e ao esforço do auditor na realização de procedimentos e avaliação de evidências de auditoria, decorrente das características inerentes do processo de reconhecimento de receitas da Companhia, incluindo a avaliação do reconhecimento da receita dentro do período apropriado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:

- Avaliamos as políticas contábeis materiais da Companhia relativas aos critérios de reconhecimento de receita, conforme as normas aplicáveis.

- Obtemos o entendimento dos processos e políticas relevantes relacionadas ao reconhecimento de receitas de vendas de mercadorias, incluindo as relacionadas ao reconhecimento da receita no período apropriado.

- Selecionamos transações do relatório de registros contábeis de receitas e testamos a ocorrência da receita por meio do confronto com os documentos de vendas, com a finalidade de concluir se essas transações foram registradas de maneira apropriada.

- Selecionamos transações de vendas reconhecidas em período próximo ao encerramento do exercício e obtemos as evidências

de entrega das respectivas mercadorias com a finalidade de concluir se tais transações foram registradas no período apropriado.

- Realizamos testes amostrais no saldo de "Contas a receber de clientes", incluindo procedimentos de confirmação externa.

- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

No decorrer de nossa auditoria foram identificados ajustes contábeis relativos ao período de competência de registro de transações de vendas, os quais não foram corrigidos pela Diretoria por terem sido considerado imateriais, bem como deficiências de controles internos relacionadas a esse mesmo assunto.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos aceitável a prática de reconhecimento da receita, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Existência e valorização dos estoques
Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui saldo de estoques consolidados no montante de R\$958 milhões. O volume e a diversidade dos itens de estoque exigem a manutenção, por parte da Companhia, de uma estrutura robusta de tecnologia para suportar o alto volume de movimentações e a correta valorização desses produtos.

Consideramos esse assunto significativo para a auditoria devido à materialidade dos saldos dos estoques registrados em 31 de dezembro de 2025, à alta quantidade de transações envolvidas e às características inerentes ao processo de movimentação e contagem de estoques, o qual é dependente do ambiente de tecnologia da informação. Dado o volume expressivo de operações e a necessidade de assegurar a correta captura de todas as transações automáticas de estoques no período de competência correto, esse assunto foi considerado como um PAA.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:

- Realizamos o entendimento dos processos de compra e valorização dos estoques, bem como das políticas de inventários físicos da Companhia.

- Obtemos o entendimento dos controles internos do ambiente de tecnologia dos sistemas e aplicações envolvidos nesses processos.

- Realizamos, em bases amostrais, testes independentes de contagens e observação de procedimentos de contagens de estoques conduzidos pela Companhia em diferentes localidades.

- Realizamos testes em bases amostrais sobre a valorização dos estoques registrados ao fim do exercício.

- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

No decorrer de nossa auditoria foi identificado ajuste contábil, não corrigido pela Diretoria por ter sido considerado imaterial, bem como deficiências de controles internos, incluindo deficiências na implementação de controles do ambiente de tecnologia, que nos levaram a alterar a época e a extensão de nossos procedimentos de auditoria.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, entendemos que os saldos de estoques apresentados e os critérios de mensuração são aceitáveis, bem como as respectivas divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TGU 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Das assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 23 de março de 2026.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº SP 011/609/O-8 "E" MG

Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº MG 076441/O-9

ANUNCIE NO

**Diário do
Comércio**

O ponto de encontro, análise e debate sobre a economia em Minas Gerais.

31 9 9959-2706 / 3469-2007

comercial@diariodocomercio.com.br
diariodocomercio.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 31/03/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para
acessar a página de Publicidade Legal no portal
do Jornal Diário do Comércio. Acesse também através do link:

<https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/31-03-2026-p9/>

